



N.º 5

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE
2006**

Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e seis, reuniu, pelas quinze horas, no Pavilhão da Junta de Freguesia de N.ª Sra. da Graça do Divor, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

- 1. Informação e debate sobre a Freguesia de N.ª Sra. da Graça do Divor;**
- 2. Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo;**
- 3. Deliberação sobre a proposta da CME referente à primeira Revisão Orçamental de 2006;**
- 4. Deliberação sobre a proposta da CME para promover uma hasta pública para venda de lotes municipais destinados a habitação, comércio/serviços, habitação/comércio e equipamento em várias zonas do concelho (1 no Bairro do Bacelo, 2 no Bairro dos Canaviais, 1 no Bairro das Coronheiras, 1 no Bairro das Espadas, 3 no Bairro da Malagueira, 2 na Horta dos Álamos, 2 no Moinho do Cu Torto, 1 na Quinta da Tapada do Matias e 1 em S. Miguel de Machede);**
- 5. Deliberação sobre a proposta da CME relativa ao lançamento de Derrama para 2007;**
- 6. Deliberação sobre a proposta da CME relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);**
- 7. Deliberação sobre a proposta da CME referente à alteração à alínea c) do n.º 2 do art.º 4º do Regulamento do Plano de Urbanização de Évora (PUE);**
- 8. Deliberação sobre a proposta da CME para a nova constituição do Conselho Municipal de Educação;**
- 9. Deliberação sobre a lista de candidatos ao cargo de Juiz Social, proposta pela CME;**
- 10. Deliberação sobre a proposta da CME para a concessão de exploração do quiosque do Jardim do Paraíso;**
- 11. Deliberação sobre o Regulamento das Piscinas Municipais de Évora, proposto pela CME.**

A Mesa esteve constituída por:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos
1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa
2º Secretário – João Luís latas Lázaro

Feita a chamada, registaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Dias Fernandes, Rui Rosado, Florival Pinto (em substituição de Palma Rita), Acácio Alferes (em substituição de Mafalda Troncho), Jorge Lourido, Francisco Pândega (em substituição de José Cardoso), Vitor Saruga (em substituição de Ana Maria Silva), Paula de Deus, M.ª Augusta Pereira, Francisco Chalaça, Celino Silva, Nuno Lino, Nuno Leão, Carmen Cangarato (em substituição de António Murteira), Elsa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Lopes, Eduardo Luciano, José Simão, António Ramos, Jorge Gil, Adérito Araújo (em substituição de José Mateus), M.^a Margarida Fernandes, Baltazar Damas, Fernando Nunes, Jerónimo José (em substituição de Silvino Costa), Isidro Lobo, Hermenegildo Charrua (em substituição de António Metrogos), José Piteira, João Ricardo, António Galão, M.^a Gertrudes Lino (em substituição de Felisberto Bravo), António Maduro, Domingos Chumbo (em substituição de José Calado) e João Rodrigues.

Faltaram os Senhores: José Russo, Luís Pasadas, Jerónimo Mendes e João Valverde.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos(as) Vereadores(as) Manuel Melgão, Filomena Araújo, João Andrade Santos, José Barradas e Jesuína Pedreira.

Antes de começar os trabalhos, o Sr. **Presidente** agradeceu ao Presidente da J. F. de N.^a Sra. da Graça do Divor, Sr. Isidro Lobo, o acolhimento que dispensou a todos os eleitos da AME e da Câmara, a visita que proporcionou aos mesmos e o magnífico almoço.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberta a sessão, O Sr. **Presidente** fez alusão às listagens da correspondência recebida na AME, uma enviada com a convocatória e outra acabada de ser distribuída, dando depois a conhecer que chegara à Mesa duas moções e uma proposta de resolução.

Entretanto, pediu aos grupos políticos que procurassem gerir os tempos de intervenção, uma vez que o novo equipamento informático iria geri-los de acordo com as regras definidas pelo Regimento aprovado na sessão de 12 de Maio, cujo programa fora melhorado relativamente à reunião experimental de 17 de Junho, permitindo agora ficar com o registo de todos os oradores, possibilitando, a todo o tempo, ter uma estatística de todas as questões.

A seguir, convidou o 1º subscritor da moção n.º 1, que têm como título «**Proposta do Governo da Nova Lei das Finanças Locais**», que a apresentasse.

O Sr. **Abílio Fernandes** descreveu resumidamente o texto do documento, tendo lido na totalidade o último parágrafo, o qual se apensa a esta acta.

Logo após, O Sr. **Presidente** transmitiu que a 2^a moção versava o mesmo assunto, cujo primeiro signatário era Rui Rosado, parecendo-lhe que seria bom efectuar-se a apresentação da mesma de imediato, fazer-se a discussão e a respectiva votação conjuntamente. Só que, entretanto, o PSD entregara na Mesa duas moções, uma delas também sobre a Lei das Finanças Locais (doc. n.º 4), e um «reconhecimento público», o que levou o Sr. Presidente a comentar que os documentos iriam sendo postos à discussão e que se se esgotasse o tempo havia sempre a possibilidade de prolongar o PAOD por mais 1 hora.

Posteriormente, o Sr. Presidente concedeu o uso da palavra ao Sr. **Rui Rosado** para que descrevesse a moção n.º 2, o qual procedeu em conformidade, não deixando de observar no final: “*Esta moção tem um carácter positivista, que não vai na linha da opinião da CDU, com os indicadores*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

catastróficos desta força política, profecia da desgraça, com linguagem própria da oposição. Há virtudes, dificuldades e desafios nesta Lei das Finanças Locais que deverão ser tomados em consideração de uma forma positiva por todos os agentes da sociedade portuguesa". O documento fica anexo a esta acta.

Adiante, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Florival Pinto** para que apresentasse a moção do PSD acerca do mesmo tema, tendo este membro referido: "Penso que os serviços não dispõem de equipamento para fotocopiar este documento e de o distribuir aos eleitos da A. M., pelo que solicitava ao Sr. Presidente ou a um dos Secretários da Mesa que fizessem o favor de o ler".

O Sr. **Presidente** respondeu: "Peço desculpa, mas não compete à Mesa fazer a apresentação de moções. Cabe a cada grupo lê-las ou resumi-las".

O Sr. **Florival Pinto** retorquiu: "O problema que se põe, como sabe, é a questão do tempo e é por não haver possibilidade de fotocopiar que temos que ler o documento. Se o Sr. Presidente quiser condescender e não contar a leitura como tempo gasto, será razoável. Agora, nós não temos, como compreenderá, responsabilidade por não existirem condições para fotocopiar a moção".

O Sr. **Presidente** contrapôs: "Compete aos grupos parlamentares, quando chegam em cima da sessão, trazerem as fotocópias ou irem antes à Assembleia fazê-lo. Não quero gerar qualquer polémica, mas penso que a leitura de moções não é compatível com as funções de quem está na Mesa e estar a abrir excepções porque não está cá um fotocopiador ou porque os Senhores não quiseram fotocopiar 40 exemplares antes de vir para aqui, tento todo o tempo desde a última reunião e estando o Secretariado da Assembleia aberto todos dias, não me parece aceitável. O que eu sugiro é que sintetize a moção, sob pena de não ter tempo para a discutir. Acho que devemos aplicar o Regimento tal como está em vigor".

Assim, o Sr. **Florival Pinto** explicou resumidamente o teor do documento n.º 4, o qual se junta a esta acta.

O Sr. Presidente concedeu a utilização da palavra ao Sr. **Jorge Lourido**, que propôs que os três primeiros subscritores das moções atrás mencionadas tentassem encontrar um texto comum a partir das mesmas, não deixando de referir a existência de alguma incongruência no documento apresentado pelo Sr. Rui Rosado, na medida em que aquilo que disse inicialmente e o que afirmou na parte final não «batia a bota com a perdigota», tendo depois acrescentado que se não se conseguisse o consenso, a CDU retiraria a sua proposta, dispondo-se a votar favoravelmente a moção aprovada na reunião de Câmara, que era subscrita pela bancada do PS.

Perante a intervenção do orador antecedente, o Sr. **Presidente** expressou que cabia às forças políticas aceitarem, ou não, a sugestão formulada, inquirindo de imediato à bancada do PS se concordavam com a dita. Em caso negativo, o assunto ficava logo arrumado.

O Sr. **Rui Rosado** anunciou que o PS não aceitava a fusão dos documentos.

O Sr. **Florival Pinto** divulgou que o PSD concordava com o alvitre.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Face ao desenrolar dos acontecimentos o Sr. **Jorge Lourido** frisou: “A segunda hipótese que eu coloquei foi nós aprovarmos aqui, enquanto Assembleia Municipal, a moção que foi aprovada na Câmara e isso creio que irá de encontro à vontade da moção apresentada pelo PS”.

O Sr. **Presidente** respondeu prontamente: “A Mesa só se poderá pronunciar se tiver essa sugestão formal na sua posse, ou seja, se alguém tomar a iniciativa de apresentar a proposta que foi aprovada pelo Executivo municipal e a nos entregar. Então, eu pô-la-ei à discussão e à votação”.

Entretanto, o Sr. **Rui Rosado** esclareceu: “A moção da CDU é completamente diferente da nossa nos pressupostos, nos considerandos e na estratégia política, que é claramente incompatível com a do PS.

Por outro lado, o GMPS decorre do partido que, neste momento, está a governar, o qual percebe e sente as dificuldades da governação e deve fazer eco disso em todos os sítios.

Ao mesmo tempo, possuímos a sensibilidade de autarcas e a necessidade de estarmos em concomitância e, de alguma maneira, em cumplicidade com os nossos eleitos da C. M.. Dessa forma e só assim é que a nossa moção deve ser entendida”.

Ripostando à intervenção do orador antecedente, o Sr. **Jorge Lourido** declarou: “O Sr. Rui Rosado tornou clara a moção que o PS apresentou. Por um lado diz que o Governo deve avançar com a Lei das Finanças Locais e, por outro, concorda com a sua governação. Agora, vir aqui criticar a LFL é que me parece um bocado estranho, mas cada um pode dar o «golpe de rins» que quiser”.

Em tempo útil, o Sr. **Jorge Lourido** disse ainda: “Nós não tivemos acesso à leitura da moção do PSD. Portanto, não temos possibilidade de, com o mínimo de consciência, tomarmos posição sobre ela. Se fosse possível mostrarem-nos o original, nós líamos o texto rapidamente antes de se proceder à votação”.

Tal pedido motivou o Sr. **Presidente** a comentar posteriormente: “Se o PSD quisesse que a moção fosse distribuída por todos e tendo-a entregue já depois da sessão ter começado, o mínimo que se poderia exigir era que trouxesse os exemplares para distribuir pelas pessoas ou, não podendo ter feito isso, que usasse o seu tempo para a ler. Não fez nem uma coisa nem outra e apenas a resumiu. A única coisa que a Mesa pode fazer para tentar conciliar, na medida do possível, as diferentes posições é suspender as votações e deixá-las para o fim do PAOD, permitindo a quem queira ler o documento que o faça e continuarmos com a discussão das outras moções”.

Logo após, o Sr. **Rui Rosado** elucidou que a moção que apresentara não tinha transcrita a tomada de posição da CME sobre a Lei das Finanças Locais, pelo que propôs, caso ela fosse aprovada, que nela fosse incluída a atrás citada, para os efeitos que fossem tido por convenientes.

Posto isto, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Celino Silva**, que referiu: “Isso é uma adenda à moção e tal tem que ser assumido como um outro parágrafo da mesma, não é ficar assim no ar.... E se isso é assim, nós também queremos conhecer a tomada de posição da Administração Municipal”.

Tendo em conta as últimas alocuções, o Sr. **Presidente** explicitou: “Se bem entendo, a moção que o PS quer pôr à votação é o texto que apresentou na Mesa mais a moção que foi aprovada na Câmara”.

O Sr. **Rui Rosado** confirmou o pensamento do Sr. Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Celino Silva** insistiu que queria conhecer o documento da Câmara.

Perante ao exposto, o Sr. **Presidente** perguntou ao Sr. Rui Rosado se dispunha da moção aprovada pelo Executivo.

O Sr. **Rui Rosado** transmitiu que não tinha o documento na sua posse.

Então, o Sr. **Presidente** informou que a proposta não podia ser aceite.

Para ultrapassar a situação, o Sr. **Rui Rosado** asseverou que a proposta do PS ficava tal como fora entregue na Mesa.

Continuando com os trabalhos, o Sr. **Presidente** passou para o documento n.º 3 (RESOLUÇÃO), intitulado «**Apoio e Solidariedade ao Governo da República**», tendo convidado o respectivo 1º signatário a apresentá-lo.

O Sr. Rui Rosado delegou essa incumbência na Sra. **Paula de Deus**, que leu o projecto de Resolução na globalidade, ficando o dito apenso a esta acta.

O Sr. Presidente concedeu a utilização da palavra ao Sr. **Celino Silva**, que opinou: “*O documento começa com a referência à crise económica e social do país. Sublinha, no segundo parágrafo, que o povo português manifestou confiança ao PS para inverter este rumo e que tem havido determinação, coragem, etc..*

Na verdade, o que é que tem sido a característica do Governo do Eng.º José Sócrates? Montou um sistema de «tiro ao alvo» aos reformados, aos trabalhadores, aos funcionários públicos, em particular, aos médicos, aos enfermeiros, aos funcionários da justiça, etc., sempre com o pretexto de que não há condições para resolver os problemas nacionais sem ser assim.

Entretanto, os bancos continuam a pagar uma ridicularia de impostos e nós temos que cumprir essas situações.

As questões ligadas à fuga e à evasão fiscal continuam e não se tomam medidas.

Ultimamente, o tema da Segurança Social tem vindo para cima da mesa e nós temos pela frente a possibilidade de virmos a ter problemas gravíssimos com essa situação.

E são as autarquias que são despesistas, os eleitos são uns corruptos e só o Governo é que se safá. Este documento é uma lavagem ao cérebro dos neo-liberais. O PS está a querer destroçar completamente a nossa economia e a arranjar maneira da juventude de hoje ficar, daqui a 20 anos, sem Segurança Social, sem emprego, sem saúde e com problemas gravíssimos ao nível da educação e do ensino”.

Contraponto aos argumentos avançados pelo Sr. Celino, a Sra. **Paula de Deus** exprimiu: “*Outra face da moeda da teoria de Acopalipse: O desemprego baixou 12,4% no Alentejo; O crescimento da economia portuguesa continua a apresentar um padrão de crescimento saudável e as exportações subiram 7%; E a actividade turística no Alentejo, considerando o mês homólogo de Julho/05, aumentou 5,2%. Conversa ou não, estes são dados reais e gostava de vos ver contrabalançá-los”.*

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Nuno Leão**, que enunciou: “*O PSD quer apenas lamentar a demagogia deste texto. Não podíamos ficar calados perante tal facto”.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Rui Rosado** replicou: “*O PSD teve a governação da desgraça, em que deixou Portugal no ano passado. Portanto, chamar demagogia a uma boa governação é sinónimo de dor no calo*”.

Reforçando as palavras do orador antecedente, o Sr. **Francisco Chalaça** observou: “*Este José Sócrates deve ser um rapaz muito masoquista. Como é que ele anda a fazer «tiro ao alvo» a toda a gente e pretende, nas próximas eleições, ser eleito? Deve ser só com os votos dos marcianos, porque cá anda toda a gente descontente*”!

Não se registando mais pedidos de inscrição para debater o projecto de Resolução (doc. n.º 3), o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte dois votos a favor (do PS) e quinze votos contra (doze da CDU e três do PSD).

Seguidamente, transitou-se para a moção sobre «ACESSIBILIDADES» (doc. n.º 5), tendo o Sr. **Presidente** dado a palavra ao seu 1º subscritor para a apresentar.

O Sr. **Florival Pinto** procedeu em conformidade, cujo documento se junta a esta acta.

O Sr. **Francisco Chalaça** alvitrou que o Executivo se pronunciasse acerca da matéria (obra do IP2, no troço compreendido entre o cruzamento de S. Manços e Estremoz), para depois ter bases para intervir.

Então, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **José Ernesto Oliveira**, que informou: “*Aconteceu precisamente ontem uma reunião entre a Câmara, incluindo os seus técnicos, e o Instituto das Estradas de Portugal sobre o assunto. O IP2 tem o seu estudo de impacto ambiental concluído, sendo que das três alternativas que foram consideradas foi aprovada aquela que tinha o parecer positivo do município, a qual foi submetida a debate público, tendo, entretanto, sido lançado o concurso público, que ainda está a decorrer, prevendo-se a entrada em obra provavelmente no próximo ano*”.

De imediato, o Sr. **Florival Pinto** interrogou: “*Pretendia apenas aclarar se da reunião que ontem teve (o Sr. Presidente da autarquia) obteve algumas garantias de financiamentos para a obra em 2007 ou se foi apenas a opinião dos técnicos*”?

O Sr. **José Ernesto Oliveira** respondeu: “*Trata-se dum projecto decorrente da decisão da Administração Central, concretamente do Ministério das Obras Públicas, e se o concurso foi lançado têm que existir garantias para o financiar*”.

No seguimento das palavras proferidas pelo Sr. Presidente da CME, o Sr. **Francisco Chalaça** pronunciou: “*Esta moção parece-nos um pouco tardia em relação ao compromisso assumido pelo Executivo Central, uma vez que todos os presentes sabem que depois de lançada a fase de concurso de uma obra o processo torna-se irreversível, pelo que propomos ao PSD que a retire*”.

O Sr. **Florival Pinto** pediu ainda a palavra para explicar: “*No momento em que esta moção foi elaborada desconhecíamos a realização da reunião supracitada. Em face da informação que aqui foi prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, a bancada do PSD considera que não se justifica manter a moção e, consequentemente, retira-a*”.

Perante tal posição, o Sr. **Presidente** avançou para o documento n.º 6, com o título «**Reconhecimento Público**», dando a palavra ao respectivo 1º subscritor para o apresentar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Florival Pinto** leu o documento na íntegra, o qual se anexa a esta acta.

Seguidamente, o Sr. **Rui Rosado** salientou que o Sr. Walter Fruehholz era uma personalidade da cidade de Évora por quem o PS nutria alguma simpatia e cuja proposta de reconhecimento público era bem acolhida pelo mesmo.

Tomou depois a palavra o Sr. **Jorge Lourido**, que sublinhou: “*A bancada da CDU fez eco aqui, há 2 anos, de um conjunto vasto de tropelias, de violações de direitos, de perseguições, que se traduziram, até, em despedimentos de dirigentes sindicais da Tyco. Neste sentido, apesar de reconhecer à Tyco (antiga Siemens) o papel importante no contexto do desenvolvimento do concelho, a bancada da CDU não poderá votar favoravelmente esta moção, pelo que irá abster-se*”.

Logo após, o Sr. **Presidente** lembrou que o Sr. Walter Fruehholz fora agraciado com um galardão da cidade em 2005, salvo erro, crendo que homenagens deste tipo são sempre decididas por consenso.

O Sr. Presidente concedeu de novo o uso da palavra ao Sr. **Rui Rosado**, que disse: “*Não temos qualquer tipo de animosidade contra a empresa Tyco Electronics e o que está em discussão é a manifestação de simpatia e de homenagem ao Sr. Walter*”.

Em virtude de mais ninguém ter pedido para intervir sobre o documento n.º 6, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor (vinte e um do PS e três do PSD), quatro votos contra (da CDU) e nove abstenções (oito da CDU e uma do PS).

Declaração de voto da Sra. M.^a Helena Costa: “*Eu votei contra, mas se fosse para votar pelo trabalho que a empresa tem feito aqui e pelos postos que tem criado, eu própria fá-lo-ia a favor. Pela pessoa em si, não poderia tomar tal medida, porque eu conheci-o durante 23 anos e fui vítima da sua perseguição, bem como os meus colegas sindicalistas, que foram todos despedidos. Todos os direitos têm estado a ser retirados aos trabalhadores, pelo que eu não poderia ter outra atitude*”.

Posteriormente, o Sr. **Presidente** anunciou que iria colocar as 3 moções sobre a Lei das Finanças Locais à votação, só que o Sr. **Jorge Lourido** pediu a palavra para divulgar que a CDU iria votar favoravelmente a sua proposta e a do PSD e que iria votar contra a moção do PS, na medida em que esta continha, como substância fundamental, um elogio à governação do PS e à própria lei.

Contestando as declarações do Sr. Lourido, o Sr. **Rui Rosado** opinou que a proposta do PS apenas concordava com a decisão da Câmara, considerando abusivo dizer-se que se tratava dum elogio à LFL.

Findas estes dois últimos depoimentos e não querendo mais alguém intervir, o Sr. **Presidente** pôs à votação o doc. n^º 1 (proposto pela CDU), o qual recebeu vinte e um votos contra (do PS), quinze votos a favor (12 da CDU e 3 do PSD) e uma abstenção (do PS).

Passou-se depois à votação da moção apresentada pelo PS (doc. n^º 2), tendo ela sido aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor (do PS), quinze votos contra (doze da CDU e três do PSD) e uma abstenção (do PS).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Transitou-se seguidamente para a votação do doc. n.º 4 (moção elaborada pelo PSD), que mereceu vinte e um votos contra (do PS), quinze votos a favor (doze da CDU e três do PSD) e uma abstenção (do PS).

Posto isto, o Sr. Presidente cedeu a utilização da palavra ao Sr. **Abílio Fernandes**, que observou: *“Hoje é notícia de 1ª página, nos jornais nacionais, nomeadamente no «Público», e das televisões, que o índice de competitividade coloca Évora no topo e Porto no último lugar. Isto resultou de um estudo de investigadores da Universidade do Minho, que assentou em alguns dados importantes, que foram: a demografia, as questões laboral, empresarial e o conforto. A aludida análise foi feita com dados de 2002 e alguns indicadores não tiveram alterações significativas deste então. A informação também refere que a população de Évora tem aumentado, quando, na generalidade, tem diminuído no Alentejo. Entre 1981 e 1991 subiu 0,31%/ano, em média, e na década seguinte cresceu mais 0,46%. É uma notícia gratificante para a nossa cidade”*.

Sobre o tema acabado de ser relatado, a Sra. **Paula de Deus** fez notar que os dados se reportavam, provavelmente, a Dezembro de 2002, pelo que lembrou que nessa altura o Executivo do PS já tinha entrado em funções (Janeiro de 2002).

Aflorando este derradeiro pensamento, o Sr. **Vitor Saruga** expressou: *“Segundo a sua ideia, deve-se aplaudir os esforços do PS neste índice de competitividade. Então, por acréscimo, a famigerada e famosa dívida da Câmara, herdada da gestão CDU, também será da responsabilidade do PS. Por outro lado, é bom reter que de entre as cinco cidades mais competitivas, temos duas (Évora e Beja) de gestão CDU e a única coisa que me cumpre aqui dizer é: «que boa é a administração autárquica da CDU”*.

Perante as afirmações produzidas pelo orador antecedente, o Sr. **Rui Rosado** acentuou: *“Naturalmente que a CDU também tem gente que trabalha bem, mas é bom precisar que as urbes não são feitas pelos edis. São feitas pelos respectivos povos e é abusivo tirar daqui ilações de que é o Presidente da Câmara que desenvolve as cidades. É oportuno considerar que o povo de Évora está aqui todo metido, o qual somos todos nós”*.

Tomou depois a palavra o Sr. **Presidente da CME**, que vincou: *“Só a cegueira e a intolerância políticas podem levar alguém a chamar para si os louros destes dados. Évora é o que é, mercê do esforço de muitas gerações de homens e de mulheres, que dedicaram, a esta cidade e a este concelho, o melhor de si próprios. Agora, procurar reduzir a história e o processo de evolução desta urbe às décadas em que a CDU foi força maioritária neste concelho é, na minha opinião, não só redutor, como também ofensivo para os cidadãos. O estudo não se reporta a 2002, uma vez que os dados demográficos têm por base o senso de 2001, que são os únicos elementos disponíveis no sistema estatístico. Mas diz aqui igualmente que esta tendência tem evolução positiva durante uma década e que os dados hoje não serão, com certeza, diferentes dos que foram apurados em 2001. Porque é que não foi focado esse aspecto? Nós não queremos pôr-nos em bicos dos pés e nem dizermos que somos os melhores do mundo. Nós, com humildade e determinação, estamos orgulhosos pelo facto da 1ª página do «Público» referir que, hoje, Évora está no topo da competitividade das urbes em Portugal”*.

Já agora, saliento que Évora, no ano passado, foi considerada, pela API, a cidade com maior capacidade de promoção do investimento e em 2003 foi apontada como a melhor para se trabalhar e para se viver, para além de ir receber, no próximo dia 15, na Suíça, um galardão pela urbe que melhor trabalhou o seu património, como forma de valorizar o turismo”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A seguir, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Celino Silva**, que afirmou: “*O meu camarada Abílio Fernandes sublinhou a data porque o que nós ouvimos durante as campanhas eleitorais por parte do PS, desde 1995/6/7, aqui em Évora, foi que a CDU jamais fez o que quer que fosse em favor deste concelho. Agora, o que é inadmissível é que se utilizem expressões mesquinhas àquilo que foi o nosso trabalho político durante muitos anos*”.

Por sua vez, o Sr. **Acácio Alferes** pronunciou: “*Perante as notícias que hoje surgiram, devíamos todos regozijarmo-nos por esse facto e não servirmo-nos disso para atirarmos pedras uns aos outros. Évora está de parabéns. Estou muito orgulhoso e contente por viver nesta cidade*”.

Por seu turno, o Sr. **Nuno Leão** opinou: “*Eu acho que não vale a pena entrar em discussão sobre quem é que deve merecer os louros. O importante não é uma manchete de um jornal, mas sim que o índice de competitividade exista mesmo. Nós queremos contribuir para essa competitividade e estamos aqui para ajudar e para trabalharmos todos em conjunto*”.

O Sr. Presidente facultou, de novo, a palavra ao Sr. **Abílio Fernandes**, que enunciou: “*Fiquei surpreendido com o depoimento do Sr. Presidente da Câmara, na medida em que quando eu fiz a minha intervenção foi com a ideia de que todos sentíamo-nos congratulados com isto. Todos os títulos que o Sr. citou, de miopia e de mesquinho, são-lhe devolvidos, porque o teor do seu discurso nada teve a ver com o elogio que eu apresentei para a cidade de Évora. Portanto, é perfeitamente inadmissível, é uma falta de respeito democrático e penso que estragou tudo, tanto mais que eu não avancei com qualquer crítica ou análise à gestão do PS*”.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTO DE ACTA

O Sr. **Presidente** colocou à ponderação do plenário o projecto de acta da sessão **17 DE JUNHO DE 2006**.

O Sr. **Vitor Saruga** propôs a seguinte alteração:

- Pág. 22 – 2^a linha – Substituir «M3E» por «AMB3E».

O Sr. **Jorge Lourido** elogiou os serviços da AME pela execução do documento em causa e chamou à atenção para o facto de o Sr. Presidente da Câmara ser a única entidade a ser tratada por «Dr.», quando aparece o seu nome (páginas 4 e 19). Assim, sugeriu que, futuramente, todos os intervenientes passassem a ser tratados por «Sr.».

O Sr. **Nuno Lino** referiu que a sua alocução, inserta na página 18, 2º parágrafo, não estava completa, pelo que propôs que se acrescentasse: «*Não está em causa o conteúdo mas sim o formato escolhido, dado que um dos murais mostra solidariedade para com Cuba. Eu sou solidário com os presos políticos cubanos, que estão detidos por delitos de opinião. Cada um é solidário com aquilo que quer*».



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Logo após, foi dada a palavra ao Sr. **José Piteira**, que recordou que suscitara, na sessão em apreço, algumas dúvidas (relatadas na pág. 22) ao Sr. Presidente do município, cuja respostas não estavam transcritas no projecto de acta.

Então, o Sr. **Presidente** solicitou aos serviços da Assembleia que reverificassem quais tinham sido as respostas que o Sr. José Ernesto dera ao Sr. J. Piteira e que procedessem à respectiva correcção.

Posteriormente, foi facultado o uso da palavra à Sra. **Paula de Deus**, que alvitrou que a sua intervenção, constante na página 6, fosse reouvida de modo a clarificar o texto, porque dava a ideia que faltava uma frase.

Perante o explanado, o Sr. **Presidente** convidou a oradora antecedente a passar pelo Secretariado da AME, a fim de ouvir a gravação, se fosse necessário, para depois se poder rectificar o texto, não deixando, porém, de recordar que a feitura de uma acta é um trabalho bastante penoso e que não se pode incluir tudo o que se diz.

Como havia algumas emendas a introduzir no documento, o Sr. **Presidente** questionou ao colectivo se se punha o dito à votação ou se corrigia e vinha na próxima sessão, sugerindo que se votasse e que se conferisse um voto de confiança à Mesa para verificar posteriormente a sua conformidade.

Em virtude de ninguém se ter pronunciado, o Sr. **Presidente** colocou o projecto de acta à votação, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor (quinze do PS, oito da CDU e dois do PSD) e doze abstenções (sete do PS, quatro da CDU e uma do PSD).

Declaração de voto do Sr. Florival Pinto: “*Abstive-me por não ter estado presente na reunião*”.

Prosseguindo com os trabalhos, o Sr. **Presidente** comunicou ao colectivo que no preciso dia em que tinha sido expedida a convocatória para esta reunião surgira um pedido, por parte da edilidade, para o agendamento de um novo ponto [Deliberação sobre a proposta da CME para promoção de uma hasta pública para venda de lotes municipais destinados a habitação, comércio/serviços, habitação/comércio e equipamento em várias zonas do concelho (1 no Bairro do Bacelo, 2 no Bairro dos Canaviais, 1 no Bairro das Coronheiras, 1 no Bairro das Espadas, 3 no Bairro da Malagueira, 2 na Horta dos Álamos, 2 no Moinho do Cu Torto, 1 na Quinta da Tapada do Matias e 1 em S. Miguel de Machede)], mas como todos os outros tinham sido objecto de troca de impressões com os líderes das bancadas, entendeu não fazer uma convocatória adicional, não deixando de lembrar que, para que possa ser modificada a ordem de trabalhos duma sessão ordinária é necessário uma maioria de 2/3. Assim, pôs à consideração do plenário a alteração da Ordem do Dia, verificando-se uma aprovação por unanimidade. Em tempo útil, convencionou-se incluir o aludido ponto em 4º lugar.

Mais à frente, o Sr. **Presidente** fez saber que, da conversa que tivera com os líderes das bancadas, ficara acordado que o último ponto a entrar em discussão seria às 19,30 horas, por forma a acabar a reunião por volta das 20,00 horas, ficando para uma sessão extraordinária os pontos que, eventualmente, ficassem por decidir. Todos os presentes aceitaram esta ideia.

Entretanto, o Sr. **Rui Rosado** inquiriu qual era o tempo atribuído para a discussão do ponto 4.

O Sr. **Presidente** sugeriu 30 minutos, cujo período mereceu o consenso da Assembleia.



Como não havia mais assuntos para tratar, o Sr. Presidente deu por terminado o PAOD.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO E DEBATE SOBRE A FREGUESIA DE N^a SRA. DA GRAÇA DO DIVOR

O Presidente da J. F. de N^a Sra. da Graça do Divor, Sr. **Isidro Lobo**, agradeceu a presença da AME na sua terra, achando que se tratava de um momento importante, tanto para os eleitos como para a população.

Mais a frente, afirmou: “*Em relação à história da nossa Freguesia e para aqueles que tiveram oportunidade de a visitar, de certo que perceberam o desenvolvimento urbanístico dos últimos anos, após o 25 de Abril. Uma vez que estou a falar desta questão, queria, desde já, salientar a nossa preocupação com o PDM, porque também aqui estão esgotados os terrenos para a habitação e pequenas indústrias.*

Gostaria também de salientar a parte do abandono agrícola, que, no nosso caso, não é total porque existe um agricultor nesta região que desenvolve uma grande actividade e com bastante êxito. É pena que no Alentejo se continue a deixar as terras desprezadas.

Outra matéria que nos preocupa é o eventual encerramento do posto médico, sendo que vem cá uma médica duas vezes por semana e se tal vier a acontecer, tornar-se-á bastante penoso para os idosos desta Freguesia terem que se deslocar a Évora sempre que precisarem duma consulta ou dum receituário.

Por outro lado, quero frisar que quando o PS tomou conta da Câmara de Évora, em 2002, nós parámos muito a dinamização que tínhamos na altura, tanto assim que construímos este pavilhão a pensar em eventos desta natureza, ou outros. Já tive várias conversas com o Sr. Presidente da Câmara acerca deste assunto, o qual tem justificado que não existem verbas, o que temos que aceitar.

Peço desculpa pelas precárias condições deste pavilhão, mas não dispomos de outros espaços para estas realizações, a não ser a sala da Casa do Povo, que é muito pequena. Já tentámos fazer obras de alargamento há alguns anos, mas não foi possível, devido à falta de dinheiro.

Temos a escola a funcionar com mais de vinte alunos, a qual sofreu, no ano passado, obras de beneficiação. Possuímos, também, um jardim de infância a laborar em pleno, bem como transportes para deslocar as crianças. Neste aspecto, gostaria de dar um toque à Administração Municipal para rever os preços do quilómetro, visto que o gasóleo cada vez está mais caro.

Há cerca de duas semanas avançaram as obras de alguns arruamentos, que era uma questão que estava pendente de verbas”.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. **Rui Rosado**, que pronunciou: “*Foi muito interessante a visita que nos proporcionou, particularmente a agradabilidade da paisagem e a povoação em si.*

Por outro lado, agradecemos ao Centro de Dia a gentileza e a simpatia que teve de nos disponibilizar a refeição.

Esta povoação é muito aprazível e risonha e parece ser um espaço desejável para ter habitação, só que ter casa não é o mesmo que viver e aí já não posso adiantar mais nada, sob pena de estar a ser incongruente.

Graça do Divor possui bons acessos, na medida em que é uma Freguesia que está quase dentro da cidade de Évora, o que é um dado importante para o seu desenvolvimento. É sempre cativante ver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

estas povoações com auto-sustentabilidade e com capacidade de vida própria, sendo certo que esta aldeia dispõe de escola, jardim de infância, equipamentos industriais e, provavelmente, comerciais. Todos temos que fazer um esforço para que estas terras não sejam dormitórios de moradias baratas por estarem próximas da grande cidade, fornecedora de empregos. Portanto, deixava a questão no ar, se quiser adiantar mais alguma coisa em relação à oferta de emprego e investimentos locais.

Quanto à possibilidade do posto médico vir a fechar, é uma preocupação de todos e não sei se isso está na ordem dos responsáveis da saúde, mas se tiver presumo que devem ter uma boa razão para tal e espero que seja respeitada a comunidade e a facilidade de defesa da saúde da população.

No que concerne ao jardim de infância, gostava de perguntar quantas crianças é que o frequentam, porque é um indicador de residência e de fixação local?

Já agora, permita-me dizer que foi muito agradável a visita à igreja, para além de outros aspectos, que é muito bonita e um excelente património, possuindo uma azulejaria monumental. Sugiro que se procure um mecenato para a sua sustentabilidade, visto que hoje em dia vejo muitos monumentos, em toda a parte do mundo, serem reabilitados e restaurados através do mecenato”.

Logo após, o Sr. **Jorge Lourido** deu os parabéns ao Sr. Isidro pela forma como recebeu os membros da Assembleia e a gentileza que teve em mostrar a sua Freguesia, lembrando as chamadas de atenção que ele fez para a necessária intervenção dos poderes públicos e da edilidade em prol da Freguesia, não deixando de agradecer ao Centro de Dia a forma como disponibilizou o seu espaço para fornecer o almoço.

Mais à frente acrescentou: “*As preocupações que o Isidro aqui lançou são as que estão na ordem do dia, que passam pela tentativa sub-reptícia, por parte da Administração Central, de destruição das instituições públicas, nomeadamente nas áreas da saúde, da educação e da segurança social. Também os direitos dos trabalhadores têm sido, pela 1ª vez, desde o 25 de Abril, alvo principal da acção do actual Governo.*

Na vertente hospitalar, é incompreensível pretender-se que os utentes paguem taxas moderadoras nos internamentos e nas cirurgias.

As apreensões que o Isidro manifestou, no que toca ao Centro de Saúde, são também as nossas e ele poderá contar connosco para tentar que isso não venha a acontecer”.

Respondendo às questões postas pelo Sr. R. Rosado, o Sr. **Isidro Lobo** elucidou: “*O desemprego tem estado a aumentar na nossa Freguesia, pois temos cerca de seis pessoas nessa situação, coisa que não existia há muitos anos. Em tempos houve oferta de emprego na agricultura, mas agora não. Aqui temos tido pouco desenvolvimento, existindo apenas uma pequena indústria de panificação, alguns armazéns e uma oficina de automóveis, pelo que a disponibilização de trabalho não é muita, com excepção do lar de idosos, que dispõe, neste momento, de treze funcionárias. As restantes pessoas activas trabalham em Évora.*

No que se refere ao investimento, ele também depende do PDM, sendo que é nosso anseio que Graça do Divor venha a ter perto de mil habitantes (actualmente são quinhentos). Para quê? Para que possamos cativar empreendedores da área comercial e, até, alguém estabelecer uma farmácia, uma vez que com o estado actual do país, ninguém vem cá implantar um minimercado.

Quanto ao jardim de infância, o mesmo dispõe actualmente de vinte crianças.

Sobre a igreja, o Sr. padre já está a executar obras no interior. No que diz respeito à parte exterior e à estrutura, já acordei com a Câmara proceder-se ao respectivo restauro e penso que qualquer dia haverá disponibilidade para isso”.

Posteriormente, o Sr. Presidente cedeu a utilização da palavra à Sra. **Margarida Fernandes**, que declarou: “*Eu saúdo a população e a J. F. da Graça do Divor.*

Acta n.º 5 da sessão ordinária de 30 de Setembro de 2006

12



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Este edifício, onde estamos a efectuar esta sessão, é um bom exemplo da eficácia da colaboração técnico-financeira entre o município e as freguesias.

Gostaria de sublinhar o empenho e o dinamismo da Junta da Graça no progresso da Freguesia, que se revelam em aspectos como no do índice de fixação da população jovem.

Um bom exemplo também de dinamismo é a Associação de Jovens em iniciativas, como a realização das festas da Freguesia ou na manutenção das tradições carnavalescas, uma vez que nós, na Freguesia da Malagueira, tivemos o agradável prazer de receber as suas brincas no último Carnaval”.

Por sua vez, a Sra, **M.^a Augusta Pereira** disse: “*Toda a gente sabe que nos sítios mais pequenos, onde existem menos utentes, há uma escassez de médicos e talvez a Juntas possam organizarem-se de maneira a deslocar as pessoas para Évora. Nós, médicos, compreendemos que são populações idosas, que gostam de ter um clínico presente e que se se retirarem esses técnicos duma freguesia contribui para a sua desertificação, mas eu proponho que se estude melhor o problema das acessibilidades. Não se pense que nas cidades a coisa está melhor, porque, neste momento, os computadores programam-nos consultas de oito em oito minutos, pelo que, se calhar, não é só ter o clínico no sítio que lhe dá melhor qualidade*”.

Por fim, falou o Sr. **Presidente**, que expressou: “*Queria, em nome da Mesa, agradecer ao Sr. Isidro o acolhimento que nos proporcionou e eu acho que estes dias, que nós gastamos a visitar cada uma das freguesias, não são um sacrifício ou uma perda de tempo. Portanto, para mim é um prazer estar neste local e julgo que isto é um exemplo para todos nós daquilo que pode ser um modelo de desenvolvimento para a nossa região. Évora está hoje na 1^a página do «Público» porque, se calhar, tem o tamanho de uma cidade humana e será muito mau para nós se a sua dimensão crescer muito, mas penso que podemos aumentar o nosso concelho se darmos vida às freguesias. Julgo que a qualidade urbanística que vimos aqui e o potencial que ainda está por explorar permitirá a muitos cidadãos fazer aquilo que eu próprio fiz, que foi instalar-me numa freguesia rural, na medida em que é o mesmo que estar num bairro periférico da urbe e com algumas vantagens significativas. Espero que o novo PDM possibilite fixar pessoas nas zonas rurais, sobretudo naturais das mesmas*”.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Sr. **Presidente da CME** informou o colectivo acerca das actividades desenvolvidas pela edilidade nos meses de Junho, Julho e Agosto/06, começando por fazer o balanço sobre a situação das várias candidaturas apresentadas a fundos nacionais e comunitários, no que respeita à sua execução física e financeira.

Continuando a sua dissertação, o Sr. **José Ernesto Oliveira** falou sobre:

- O Festival de Verão, que contemplou diversos espectáculos musicais e sessões de cinema;
- O início das obras da 2^a parte da 1^a fase do Polis, entre a Porta de Alconchel e as Portas da Lagoa;
- A entrega de mais 38 habitações sociais por parte da empresa municipal Habévora;
- A estruturação do prolongamento de horários, no âmbito do enriquecimento curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- A transferência dos operadores do Mercado da Horta das Laranjeiras para o Mercado 1º de Maio, com o sentido de se proceder à recuperação do Rossio de S. Brás e da zona envolvente;
- A celebração da Semana da Mobilidade, de cujas iniciativas destacou a concretização do Passe Social e do Passe Jovem, porque são estes os sectores da população que mais procuram os transportes públicos;
- A caiação, no âmbito do programa «Casa Caiada Especial», das fachadas dos edifícios das principais artérias do centro histórico;
- A reestruturação das carreiras urbanas, que vai ser implementada a partir do mês de Dezembro/06, com horários mais ajustados às necessidades das pessoas;
- A comemoração da Semana de Évora em Chartres, que culminou com a atribuição do nome desta urbe à praça principal da cidade francesa;
- A Feira de S. João, no quadro das Festas Populares da Cidade, tendo-se começado nessa altura a promoção e a divulgação do conjunto de actividades que vão corporizar as comemorações dos 20 anos da inclusão de Évora na lista das Cidades Património Mundial, pela UNESCO;
- O Dia da Cidade (29 de Junho), no qual foram entregues medalhas aos municíipes e instituições que mais se distinguiram no último ano;
- A realização do V Festival Internacional de Gravura;
- E a intervenção em seis escolas primárias, que exigiu um grande sacrifício aos serviços da autarquia, devido à dificuldade de aquisição de alguns materiais, originada pelo encerramento de muitas empresas no período de férias.

Posteriormente, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra ao Sr. **Eduardo Luciano**, que afirmou: *“Queria saudar o Sr. Presidente da CME pela forma célere com que deu seguimento a uma decisão judicial, que o obrigou à convocação duma reunião extraordinária do Executivo, para eleger o seu representante na Região de Turismo de Évora.*

Queria também felicitar a Sra. Vereadora Jesuína Pedreira pela sua eleição como representante da CME na Comissão Regional da RTE e desejar-lhe os maiores sucessos no cumprimento dessa tarefa.

Por outro lado, a decisão de encerramento do Mercado da Horta das Laranjeiras parece ter sido tomada sem conhecimento de toda a Administração municipal, uma vez que os Vereadores da CDU tiveram-na pelas informações que foram chegando dos consumidores ou dos produtores e operadores. Todo este processo terminou, na prática, com a extinção do Mercado que já existia há muitos anos, cujo espaço servia, essencialmente, a população do centro histórico, verificando-se agora uma diminuição da animação naquela zona. Entendemos que esta deslocalização deveria ter sido tratada de outra forma e os produtores/operadores deveriam ter sido ouvidos de outra maneira, sendo nosso parecer que os mesmos deveriam ter sido deslocados em conjunto para as imediações do Mercado 1º de Maio. O Sr. Presidente terá utilizado como um dos argumentos para o encerramento da Horta das Laranjeiras a falta de condições, nomeadamente a inexistência de sanitários, pelo que eu lhe pergunto se os operadores/produtores, que vão para o parque de estacionamento sito no Bacelo, terão essas condições?

Por último, queria salientar que as mais de 3.000 assinaturas que foram recolhidas pelos produtores, operadores e consumidores deveriam ter merecido, da parte do Executivo, um outro tratamento e um outro respeito”.

A Sra. **Paula de Deus** declarou seguidamente: *“Tendo em conta o discurso Sr. Presidente da Câmara, eu diria que esta urbe, neste momento, podia ter como slogan «Évora cidade acolhedora», porque está a ser feito um investimento muito forte para as pessoas, de modo a lhes proporcionar*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

um sentimento de pertença à cidade e de dinamização verdadeira dos vários espaços. Eu destacaria aqui alguns exemplos desta ideia e deste conceito:

- Temos, actualmente, 238 famílias a viverem já com dignidade, sendo para nós um regozijo ter uma cidade que trata bem as pessoas e que se preocupa com a qualidade de vida daquelas que têm mais dificuldades;

- A requalificação do Bairro da Cruz da Picada e o grande investimento que está a ser feito ao nível da reabilitação urbana;

- E ainda a estratégia municipal para a mobilidade, que tem dois aspectos interessantes: **Primeiro** – O compromisso da CME com as nossas crianças, através do programa «Escola e Cidadania»; **Segundo** – Os 1.800 lugares de estacionamento dentro do centro histórico, sendo claramente uma aposta na revitalização do espaço nobre da urbe.

Por fim, queria congratular-me com o facto de ter sido atribuído à autarquia eborense uma classificação de excelência na concepção da sua página na Internet, que mais não traduz que um serviço de proximidade e transparência aos munícipes”.

Logo após, tomou a palavra o Sr. **Vitor Saruga**, que observou: “Em relação ao Festival de Verão, lamento imenso mas não vou ser capaz de resistir à tentação do trocadilho fácil. E porquê? Porque aquilo que Évora tem para contar do aludido Festival é muito pouco. Viu umas batucadas e um cinema projectado, às terças-feiras, com a qualidade possível. Agora, aquilo que se verifica é que, comparando com aquilo que era o «Viva a Rua» em 1996, o Verão de 2006 perdeu muito. Onde é que estão os concertos de jazz e de música clássica, tirando as iniciativas privadas? Eu acho que este Verão perdeu muito e todos os Verões têm vindo a deteriorarem-se cada vez mais, em termos culturais. Das festividades que ocorriam antigamente havia uma iniciativa que sempre foi emblemática, acarinhou e promovida pela CDU, que era a Feira de S. João e que tem vindo a degradar-se de ano para ano, tanto assim que agora se reduz a um acontecimento parco em cultura, com poucos eventos”.

Posteriormente, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Celino Silva**, que afirmou: “Penso que o Executivo está a perder gás, aliás, parece-me que já o perdeu todo. É inadmissível que no Relatório apresentado à AME se ignore em absoluto o processo de elaboração do PDM. Não há referências na matéria escrita da actuação da Câmara, nem, tão pouco, na parte relativa à actividade de planeamento e gestão urbanística”.

De imediato, o Dr. **José Piteira** interpelou a Vereação sobre a reparação e beneficiação da estrada que liga N.^a Sra. de Machede a Évora, inquirindo-lhe para quando o início das obras.

O Sr. Presidente cedeu a utilização da palavra ao Sr. **Abílio Fernandes**, que proferiu: “A situação financeira da autarquia continua muito difícil. Embora ela tenha baixado ligeiramente, o que é certo é que o seu montante atinge os 36.000.000 € (26.000.000 € de empréstimos e 10.000.000 € de débitos a terceiros) e apresenta uma contratação de empréstimos a curto prazo em mais de 2.000.000 €, o que a torna ainda mais apertada. Há um dado no documento que eu gostaria de realçar, que é a dívida às Águas do Centro Alentejo (1.200.000 cts), que tem que ser paga até ao final do ano, a qual resultou dum ação política que a Câmara tomou de aderir ao sistema multi-municipal. Nós pensamos que este sistema vai trazer muitos problemas e muitos encargos aos municípios.

Por outro lado, é importante a informação que o Sr. Presidente da CME traz, resultante de um apelo que fiz, sobre as obras financiadas pelos fundos comunitários, mas falta saber o que é que destas está feito e que estão por facturar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Por último, quero frisar que para se poder analisar a situação financeira em concreto falta um inventário dos terrenos que estão por vender”.

Seguidamente falou o Sr. **Nuno Leão**, nos seguintes termos: “*Gostaria de saber qual vai ser a durabilidade do mural grafite que está perto do futuro pavilhão multi-usos (Praça de Touros)? Isto porque aprecio o enquadramento daquele espaço, composto pela Arco do Triunfo, do mestre João Cutileiro, pela muralha e pelo referido pavilhão e sinto curiosidade em ficar ao corrente se o grafite vai ficar lá ou se o vão tirar.*

Para completar as comemorações dos 20 anos de Cidade Património Mundial, sugiro à Câmara que organize uma Passagem de Ano assaz convidativa, para os forasteiros poderem desfrutar deste ambiente que nos é característico”.

De imediato, a Sra. **Margarida Fernandes** leu um documento do seguinte teor: “*Considerando o número de reclamações dos moradores, a discussão havida na última Assembleia de Freguesia da Malagueira, em que existiu unanimidade de todos os partidos relativamente à má prestação de serviços;*

Considerando que o contrato com a empresa acabou em Abril de 2006, peço as seguintes informações:

- Qual o formato da continuidade da prestação de serviços?*
- Caso a continuidade tenha sido adjudicada ao exterior, saber se no novo caderno de encargos foi tida em conta a insatisfação dos moradores, já colocada pela Junta, por diversas vezes, à CME;*
- E que medidas preconiza o Executivo para a melhoria da fiscalização da prestação de serviços”?*

O Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Florival Pinto**, que exprimiu: “*No que concerne à página 39 do relatório, podemos constatar que sucederam 7 acidentes em 3 meses de trabalho, o que quer dizer, de grosso modo, que quase aconteceu uma ocorrência de 10 em 10 dias. Eu pergunto se há alguma justificação para isto?*

Quanto ao Departamento de Projectos e Obras Particulares, está aqui referido que foram concedidas 217 licenças, pelo que a questão que eu queria colocar é se já existe informação sobre a demora média na apreciação dos processos e quantos é que estão pendentes de estudo?

No que toca à mobilidade, é notório o esforço que tem sido feito, mas penso que ainda é cedo para avaliar as alterações introduzidas e os seus benefícios. Porém, penso que seria fundamental repensar a centralização dos nós no Terminal Rodoviário, que tem sido assaz subaproveitado, porque continua a ser degradante a imagem dos autocarros de grande turismo estacionados no Rossio de S. Brás.

Para terminar, sugiro que se interdite o troço de via entre a rotunda da «Lagril» e a intercepção que vem do Hospital (parte da rua das traseiras da Escola do Rossio), com excepção dos veículos prioritários e de transporte público, de modo a permitir a fluidez do trânsito que vem dos Bombeiros e do HESE, uma vez que agora se ficam largos minutos à espera que o mesmo escoe, com prejuízo, por vezes, para as próprias viaturas de socorro”.

O Sr. **Francisco Chalaça** produziu os comentários que se passam a revelar: “*Sobre a comparação entre a actual Feira de S. João e os certames anteriores, eu penso que é uma questão tão anedótica que não merece que nós percamos tempo com ela e é preciso muito miopia para não perceber a diferença.*

No que toca à situação financeira, eu pedia ao Sr. Abílio que fosse até ao fim, porque eu nunca consegui entender as suas análises catastrofistas. É óbvio que a situação não é boa, mas o Sr. nunca fez um elogio a qualquer aspecto que se nota a olho nu nas contas. Por exemplo, na última reunião



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

constatámos que a execução da despesa era 47% superior àquilo que era o duodécimo no momento e agora apenas se regista um desvio de 17%”.

Por seu turno, o Sr. **Acácio Alferes** salientou: “Comparando a receita da Derrama em 31.08.06 com a de Agosto do ano passado, apura-se que há um aumento de cerca de 50%, o que indica que existe uma retoma económica no nosso concelho.

Outro pormenor digno de elogio é o valor da venda de serviços, cujo indicador, extrapolado para o final do ano, aponta para que se ultrapasse 2005 em cerca de 15%, o que mostra que a produção da Câmara está a ser melhor.

Há depois um número que me chamou também à atenção e que se prende com a receita da venda de água, a qual desceu, comparativamente ao período homólogo do ano passado, 5%, mas ainda bem que é assim, porque significa que os municíipes estão a consumir menos o precioso líquido, tendo-se conseguido inverter a tendência que vigorava até agora, que era todos os anos o consumo aumentar 4 a 5%”.

O Sr. Presidente facultou depois a palavra ao Sr. **Rui Rosado**, que expressou: “Queria manifestar a minha preocupação em relação à questão dos resíduos sólidos e dos lixos. De facto, ainda nos confrontamos, com alguma frequência, com uma má utilização dos depósitos que foram colocados à disposição dos cidadãos e veja-se, aos fins-de-semana, a quantidade de lixos que estão ao lado dos contentores. Penso que, sob o ponto de vista da pedagogia, é uma matéria que poderíamos agarrar com mais determinação, uma vez que o ambiente hoje é, para além da água, um dos aspectos fundamentais.

E já que estou a falar em ambiente, eu volto aqui a bater naquilo que tenho vindo a reclamar e a referir como desagradável, que é a falta de consideração que o PCP tem em utilizar as praças da cidade para colocar instrumentos de propaganda feios e de má qualidade atados aos candeeiros com arames”.

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **José Ernesto Oliveira** para responder às interpelações de que foi alvo, tendo esclarecido: “Há muito tempo que a decisão para a requalificação do Rossio de S. Brás está tomada, que integra a Horta das Laranjeiras, a qual implica, obrigatoriamente, o final do mercado provisório que foi instalado, aquando da entrada em obra do Mercado 1º de Maio, no 2º espaço supracitado. Portanto, a situação de precariedade da Horta das Laranjeiras era por todos conhecida, tanto que os operadores já sabiam, há muitos anos, que tinham que sair de lá.

Sobre a questão da transferência para o parque de estacionamento na Freguesia do Bacelo, foi por vontade dos vendedores, porque aquilo que nós lhes sugerimos foi que se instalassem no MARE, os quais não aceitaram. A solução encontrada não é a ideal, tanto assim que no local irão ser instaladas casas de banho amovíveis. A deliberação foi tomada em reunião de Câmara, contando com a presença dos operadores, que, de uma forma pacífica, compreenderam a situação, com o parecer positivo da Junta de Freguesia do Bacelo e da Associação Comercial.

Só por desconhecimento é que se pode falar no tema da Feira de S. João e das comemorações dos 20 anos de Évora Cidade Património Mundial. Eu não vou debruçar-me sobre a qualidade da Feira de S. João nem acerca do Festival de Verão, naquilo que o Sr. apelidou (V. Saruga) de «batucadas». Eu tenho aqui o programa, que lhe recomendo, das celebrações dos 20 anos Património Mundial, que começou no dia 1 de Junho/06 e vai-se prolongar até 2007, contendo o mesmo debates, colóquios, simpósios, seminários, lançamentos de livros, exposições, concertos, etc..

O Sr. Celino referiu que a Câmara está a «perder gás», pelo contrário, uma vez que o PDM está a avançar, embora reconheça uma falha neste relatório, por não se fazer alusão a ele.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Eu já falei várias vezes com o Sr. José Piteira sobre a estrada de Nª Sra. de Machede, o qual sabe que a edilidade pretende candidatar a recuperação da dita ao próximo QCA, sendo que, neste momento, temos apenas dinheiro para elaborar o projecto.

O Sr. A. Fernandes abordou a situação financeira, podendo eu adiantar que existe um grande esforço para a contenção das despesas e para a geração de receitas, o que é espelhado nos vários itens. Só queria chamar à atenção para o seguinte aspecto: do total da dívida de curto prazo (9.498.000 €) já está garantido o pagamento, até ao final do ano, do montante de 2.500.000 € à banca, sendo que a supracitada integra aquilo que nós temos que liquidar às Águas Centro Alentejo e à GESAMB. Não se pode vir aqui dizer que a opção do município de

Évora de aderir à primeira entidade é a causa da instabilidade financeira, na medida em que os valores a pagar à GESAMB são superiores, que, actualmente, nos cobra 32 euros por cada tonelada de resíduos”.

Depois, o Sr. Presidente da CME delegou na Vereadora Filomena Araújo a incumbência de falar sobre o grafite e a limpeza na Malagueira e no Vereador Manuel Melgão a missão de responder ao Sr. F. Pinto, relativamente ao Departamento das Obras Particulares.

Assim, a Sra. Vereadora **Filomena Araújo** elucidou: “A Sra. Presidente da J. F. da Malagueira tem toda a razão quando diz que a limpeza é um problema e o mesmo não se resolverá se não houver um cuidado acrescido. Não há fiscalização que resista à inspecção dos próprios moradores, porque é preciso muita sensibilização.

Relativamente à firma em causa, os serviços tem falado insistente com os seus responsáveis. Está a decorrer um concurso, no quadro do processo administrativo, para o efeito e logo que passe esse período será adjudicada a empresa que prevalecer. Até lá, tem que ser feito um esforço muito forte, por parte dos serviços, para manter as ruas limpas.

No que concerne à questão levantada pelo Sr. N. Leão, é evidente que o mural não é para ficar, o qual foi feito num processo de promoção da estratégia da juventude, indo ele ser retirado em concertação com os grupos de jovens que o criaram”.

Por sua vez, o Sr. Vereador **Manuel Melgão** explicou: “Tenho acompanhado o esforço que se tem feito, neste mandato, na normalização do Departamento de Projectos e Obras Particulares. Estes meses têm sido centrados, essencialmente, na estabilização dos recursos humanos, uma vez que ocorreram alguns graves problemas, nomeadamente o falecimento do chefe de divisão de então, cujo lugar já está de novo preenchido, pelo que creio que estamos em condições de continuarmos sem sobressaltos. Paralelamente a isto, tem havido um empenho muito grande na análise dos circuitos do andamento dos processos e de toda a documentação inerente, estando, neste momento, identificadas uma série de anomalias e corrigidas algumas delas. Só com informatização total dos serviços é que poderemos perceber o que é que entra e o que sai e em que condições estão os processos, sendo que a digitalização global dos documentos permitirá encurtar o tempo de resposta o mais possível”.

Intervindo de novo no debate, o Sr. **Presidente do município** acrescentou: “Este Executivo decidiu ter como seu compromisso, até ao final deste mandato, a certificação de qualidade de 50% dos serviços e começámos por aqueles que têm contacto directo com o público, para garantir que os mesmos sejam os primeiros a beneficiarem das novas tecnologias.

Sobre a questão da mobilidade, o Terminal Rodoviário vai desempenhar um novo papel na estrutura das carreiras urbanas, que foram apresentadas no âmbito da Semana da Mobilidade, indo-se tentar fazer a complementaridade entre o aeroporto mencionado e a Estação Ferroviária, que vai ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

recuperada, em termos da sua funcionalidade e centralidade, na qual irão partir e chegar comboios de média velocidade, que ligarão Évora a Lisboa e vice-versa”.

Como já se tinha esgotado o espaço de tempo reservado à CDU, o Sr. **Vitor Saruga** invocou o n.º 8 do art.º 34º do Regimento da AME para que lhe fosse concedida a palavra, de maneira a poder responder às palavras produzidas pelo Sr. Presidente da CME, que considerou ofensivas à honra da aludida força política, coisa que o Sr. Presidente possibilitou.

Assim, o Sr. **Vitor Saruga** argumentou: “*No que toca às «batucadas», não foi palavra da minha autoria, uma vez que ela consta na página n.º 5 da Informação das actividades da Câmara, tendo eu me limitado a lê-la.*

Por outro lado, quando eu falei relativamente à deficiência da celebração da data dos 20 anos de Évora Cidade Património da Humanidade, fi-lo enquanto inserida num acontecimento em particular, que foi a Feira de S. João e nada mais”.

Em virtude de mais ninguém se ter inscrito para debater o 2º ponto da agenda, o Sr. **Presidente** deu-o por terminado, não deixando de anunciar que o Sr. Presidente da Câmara se iria ausentar, ficando o Sr. Vereador Manuel Melgão, também Vice-presidente do município, a substitui-lo.

Seguiu-se um intervalo de 10 minutos.

PONTO 3 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME REFERENTE À PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2006

O Sr. **Vice-presidente da CME** transmitiu que havia necessidade de reforçar algumas rubricas do Orçamento para 2006, as quais constavam num documento anexo à certidão, cuja proposta carecia da aprovação da Assembleia Municipal.

Logo após, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Celino Silva**, que inquiriu sobre o significado das seguintes contas:

- Do lado das Receitas – 070399 «**Outros**» - No valor de 1.200.000 €
- Da parte das Despesas – 020201 «**Encargos das Instalações**» - No montante de 1.180.000 €

Posteriormente, o Sr. **Florival Pinto** pronunciou: “*Nas receitas surge uma verba de 194.000 €, referente à rubrica «**Loteamentos e Obras**», e como hoje vem à Assembleia um ponto visando a alienação de um conjunto de lotes, que totalizam 3.100.000 €, eu interrogo se esta última quantia já estava prevista no Orçamento para 2006 ou se, a concretizar-se esta venda, o capítulo dos proventos irá crescer com a inclusão do primeiro valor mencionado”?*

Respondendo aos dois oradores atrás citados, o Sr. **Vice-presidente da Câmara** clarificou: “*As duas contas que aparecem aqui com expressão, 1.200.000 € do lado da receita e 1.180.000 € do lado da despesa, têm a ver com o contrato celebrado com a EDP, no que se reporta à concessão do espaço público e da rede eléctrica.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Com respeito à questão do Sr. F. Pinto, naturalmente que quando o Orçamento foi elaborado previu-se a arrecadação de proventos pela venda de lotes em hasta pública, pelo que aquilo que vai ser incluído já estava calculado. Agora, se o espectável é superior ao que estava orçamentado, não lhe sei dizer em concreto”.

Voltando a intervir na discussão, o Sr. **Celino Silva** adiantou: “*Se eu percebi bem, a expectativa dos 1.200.000 € tem a ver com rendas que a EDP terá que, previsivelmente, pagar à autarquia e os 1.180.000 € referem-se aos encargos que a edilidade tem que ter com a supracitada. Então, não há aqui mais nada de encargos de instalações relacionados com edifícios, com terrenos ou com alugueraes afectos à actividade do município”?*

O Sr. Presidente cedeu, outra vez, a palavra ao Sr. **Vice-presidente da CME** para responder, o qual proferiu: “*Não estou em condições de responder em absoluto sobre isso. A informação que tenho foi a que dei, que nos foi prestada pelo chefe do Departamento de Gestão e Administração em reunião de Câmara, que, na altura, não suscitou mais dúvidas*”.

Entretanto, o Sr. **Presidente** recordou que, nos termos da lei e do Regimento, é lícito, a qualquer membro da AME, requerer, por escrito, uma explicitação pormenorizada sobre qualquer matéria, pelo que recomendou ao Sr. Celino que procedesse em conformidade, que ele próprio depois encaminharia para a Câmara, da qual obteria uma resposta com detalhe.

O Sr. **Celino Silva** disse ainda: “*De qualquer forma, nós vamos abstermo-nos na votação deste ponto, porque isto não está suficientemente claro, independentemente de fazermos depois o pedido por escrito*”.

Como mais ninguém desejou falar acerca do 3º ponto da ordem do dia, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, que foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor (do PS) e quinze abstenções (doze da CDU e três do PSD).

PONTO 4 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA PROMOVER UMA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES MUNICIPAIS DESTINADOS A HABITAÇÃO, COMÉRCIO/SERVIÇOS, HABITAÇÃO/COMÉRCIO E EQUIPAMENTO EM VÁRIAS ZONAS DO CONCELHO (1 NO BAIRRO DO BACELO, 2 NO BAIRRO DOS CANAVIAIS, 1 NO BAIRRO DAS CORONHEIRAS, 1 NO BAIRRO DAS ESPADAS, 3 NO BAIRRO DA MALAGUEIRA, 2 NO BAIRRO DOS ÁLAMOS, 2 NO MOINHO DO CU TORTO, 1 NA QUINTA DA TAPADA DO MATIAS E 1 EM S. MIGUEL DE MACHEDE)

O Sr. Presidente facultou o uso da palavra ao Sr. **Vice-presidente da CME** para apresentar o ponto em título, o qual especificou que se propunha a realização de uma hasta pública, no dia 31 de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Outubro/06, para venda dos lotes identificados na certidão, cujo valor base de licitação totalizava 3.104.940 € e que as condições do acto constavam do caderno explicativo que estava junto à mesma.

Seguidamente, o Sr. **Celino Silva** comentou: “*Num dos parágrafos da certidão que nos foi enviada pode ler-se que «a Câmara poderá retirar da hasta pública qualquer lote, se até à realização do acto houver motivo que impeça a sua venda, ou outros compromissos que sejam assumidos». Isto é de tal maneira vago que eu não sei o que é que vou votar. Com referência à parte que diz «(...)ou outros compromissos que sejam assumidos», eu pergunto: compromissos de quem? Do município? Dos potenciais candidatos na hasta pública? Isto para mim não está claro. De qualquer forma, existem as condições descritas para esta hasta pública e há um regulamento de cedência de lotes, que a CME dispõe, pelo que não sei o que é que poderá ser mais do que aquilo que está instituído em regras, nesta matéria*”.

Depois, o Sr. Presidente deu a palavra à Sra. **Margarida Fernandes**, que asseverou: “*Congratulo-me com a indicação de 3 lotes na Malagueira e peço à Vereação um esforço redobrado na resolução de todos os outros lotes no mesmo bairro, fazendo apelo a todos os mecanismos legais que tenha ao seu alcance, porque neste momento os ditos são vazadouros de lixo e de entulhos*”.

De imediato, o Sr. **Florival Pinto** observou: “*O lote para equipamento hoteleiro já é a 2ª vez, que eu me recorde, que vai à praça e mantém um preço elevado, pelo que faço votos para que não volte a ficar sem adquirente*”.

Por outro lado, pergunto ao Sr. Vereador se para todos estes lotes estão garantidas as infra-estruturas básicas (água, luz, esgotos, etc.)?”

O Sr. **Vice-Presidente do município** prontificou-se a responder às interpelações formuladas, tendo explicado: “*No que se reporta à alocução do Sr. Celino, aquilo que eu penso, uma vez que não conheço o passado, é que se trata duma cláusula de salvaguarda para algum imprevisto de última hora, que dá possibilidade à Câmara de retirar, por qualquer motivo, desta lista um determinado lote. Quando se fala em compromissos assumidos, são-o do ponto de vista da autarquia*”.

Quanto aos lotes da Malagueira, a Sra. deve estar a referir-se a um conjunto de terrenos previstos para um salão de chá e algumas garagens.....”

A Sra. **Margarida Fernandes** interrompeu do supra mencionado orador explicitando que se tratava de lotes disseminados pelo bairro.

Prosseguindo, o Sr. Vereador **Manuel Melgão** acrescentou: “*Em concreto, só conheço os terrenos a que me estava a referir, que já se tentaram vender em hasta pública, mas, dada a sua tipologia e as suas características, não tem sido apetecível a sua transacção. Foi pedido ao Arq.º Siza Vieira que reformule os projectos daquele género de construção, de maneira a que os lotes se tornem mais atractivos para venda. O aludido técnico comprometeu-se, há mais de um ano, a resolver o problema, só que até agora ainda não foi possível obter dele um novo projecto*”.

No que toca aos espaços disseminados pela Freguesia, tomarei a devida nota para perceber porque é que não foram aqui inseridos”.

Sobre a 1ª questão posta pelo Sr. F. Pinto, é o valor real, segundo dizem os serviços, e pode ser que a notícia que vem hoje no «Público» seja animadora para a apetência de alguém aparecer e comprar o terreno”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A indicação que tenho é que todos os lotes dispõem de infra-estruturas, mas se houver algum em que isso não aconteça, o município terá que se comprometer em efectuá-las”.

Não querendo mais alguém analisar o 4º ponto da ordem de trabalhos, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor (vinte e um do PS, oito da CDU e dois do PSD) e cinco abstenções (quatro da CDU e uma do PSD).

PONTO 5 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME RELATIVA AO LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2007

O Sr. **Vice-presidente da autarquia** anunciou que se propunha, nos termos do art.º 18º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, a aprovação do lançamento de uma derrama de 10% sobre a colecta de IRC, em moldes idênticos à do exercício passado, com vista a reforçar a capacidade financeira do município, que os investimentos previstos irão exigir.

Em virtude de ninguém ter demonstrado interesse em abordar o assunto em apreço, o Sr. **Presidente** pôs à votação o 5º ponto da agenda, o qual foi aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor (vinte e um do PS e onze da CDU), três votos contra (do PSD) e uma abstenção (da CDU).

PONTO 6 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME RELATIVA AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Vice-presidente da CME**, que fez saber que a proposta em causa era idêntica à do exercício anterior, a qual consistia em 0,8% para os prédios urbanos afectos à habitação, comércio, serviços e indústrias e 0,5% para os imóveis urbanos, avaliados nos termos do CIMI, afectos à habitação, comércio, serviços e indústria, bem como na redução de 12,5% da taxa para os primeiros casos e de 20% para os segundos, para as freguesias rurais e urbanas constantes na respectiva certidão.

Depois, a Sra. **Margarida Fernandes** apresentou uma sugestão alternativa, que se passa a anunciar:

- Considerando que a deliberação da Câmara é, em parte, justificada pelo combate à desertificação nas freguesias que integram o centro histórico e nas freguesias rurais do concelho e desconhecendo nós os indicadores da eficácia desta medida no último ano, nomeadamente da aplicação do n.º 2 da certidão, no que diz respeito a contrariar a desertificação nas freguesias já mencionadas;
- Considerando que a aplicação do IMI, tal como aprovado pela CME, gera grandes injustiças em municípios em igualdade de circunstâncias, em relação aos acessos dos principais serviços públicos, como sejam, por exemplo, os da saúde, das escolas, da distribuição postal, da ligação das redes públicas de água e esgotos ou da recolha municipal de lixos, como é o caso de alguém que more numa quinta da zona rural das Freguesias da Malagueira, Horta das Figueiras, Sra. da Saúde ou Bacelo e outro alguém que vive também numa quinta numa outra freguesia rural confinante,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

distando, provavelmente, poucos quilómetros uma da outra, propõe-se que as taxas do IMI a aplicar no concelho de Évora, em 2007, sejam as seguintes:

- 1 – Nas Freguesias do Bacelo, Canaviais, Horta das Figueiras, Malagueira e Sra. da Saúde:
 - a) 0,7% para os prédios urbanos afectos à habitação, comércio, serviços e indústrias;
 - b) 0,4% para os imóveis urbanos avaliados pelo CIMI, afectos à habitação, comércio, serviços e indústria;
 - c) Que nas restantes freguesias sejam aplicadas as taxas aprovadas pela CME.

Entretanto, o Sr. **Presidente**, lembrando-se de um caso semelhante que acontecera no ano transacto, em que surgiram dúvidas sobre se uma proposta do Executivo poderia ou não ser alterada, consultou o Regimento da AME para o efeito, tendo apurado, através do n.º 2 do art.º 8º, que a proposta em discussão podia ser modificada.

Assim, em continuação dos trabalhos, o Sr. Presidente cedeu a utilização da palavra ao Sr. **Francisco Pândega**, que declarou: *“Eu vou aprovar esta proposta tal como está, sendo bom reter que bens imobiliários são não só os prédios urbanos como os rústicos. É sabido que todas as Câmaras do país têm cada vez mais atribuições, necessitando, portanto, constantemente de mais verbas e ir buscar mais dinheiro aos imóveis urbanos, parece-me que não é possível, pelo menos nas actuais circunstâncias. Todavia, existe um sector enorme onde as mesmas podem ir buscar imenso numerário, que é no campo rústico, porque quando a actual lei foi promulgada dizia-se que iriam compensar os municípios do interior, na medida em que nestes existiam poucas casas mas muitas terras. Sei que é possível recolher fundos nestes casos, porque há cerca de 50 anos que o imposto não é mexido”*.

Por seu turno, o Sr. **Rui Rosado** comentou: *“A bancada do PS vai votar favoravelmente a proposta da Câmara, sendo oportuno dizer que o colega Pândega trouxe um reforço para a sustentabilidade financeira da edilidade, que me parece um bom alvitre dentro dos novos desafios que surgem na nova Lei das Finanças Locais”*.

Seguiu-se uma alocução do Sr. **Jorge Gil**, nos termos que se passam a relatar: *“Congratulo-me com o facto das Freguesias do centro histórico irem beneficiar com a minoração destas taxas. Todos sabemos das razões que justificam esta redução e espero que esta seja uma medida, entre outras, que vise tentar melhorar a qualidade de vida intramuros”*.

Posteriormente, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra ao Sr. **Florival Pinto**, que argumentou: *“Já que a razão que é invocada é o combate à desertificação, a sugestão que eu faço é que o desconto incida sobre a habitação, com o objectivo de favorecer as famílias”*.

O Sr. **Presidente** perguntou ao orador antecedente se alvitrava que fosse suprimida a alínea b) do n.º 2 da proposta do Executivo.

Então, o Sr. **Florival Pinto** respondeu que apenas propunha a eliminação, nas alíneas a) e b), a menção «comércio, serviços e indústria».

Nesta conformidade, o Sr. **Presidente** avançou para a votação da proposta da CME (6º ponto da ordem do dia), a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor (do PS), onze votos contra (da CDU) e quatro abstenções (três do PSD e uma da CDU).



Seguiu-se a votação da proposta da CDU, que obteve onze votos a favor (da CDU), vinte e um votos contra (do PS) e quatro abstenções (três do PSD e uma da CDU).

Por fim, procedeu-se à votação da proposta do PSD, que recebeu três votos a favor (do PSD) vinte e quatro votos contra (vinte e um do PS e três da CDU) e oito abstenções (da CDU).

Declaração de voto do Sr. Jorge Lourido: *“Em relação à proposta do PSD, não é entendível que o comércio, a indústria e os serviços não sejam mecanismos de fixação de populações e excluir isso seria deixar cair pela base a intenção da proposta da CME”.*

PONTO 7 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME REFERENTE À ALTERAÇÃO À ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 4º DO REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA (PUE)

O Sr. Vice-presidente da CME recordou que a proposta em apreço já tinha vindo à Assembleia, frisando que vinha de novo por uma questão burocrática, uma vez que houve a discussão pública, da qual não resultou qualquer alteração, sendo obrigatório tal procedimento para a validar em definitivo.

Tomou depois a palavra o Sr. Florival Pinto, alertando para um erro ortográfico constante na 26^a linha da 2^a página da certidão, na medida em que deveria estar escrito «silos» e não «selos».

Dado que mais ninguém se inscreveu para aflorar o 7º ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente colocou-o à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO 8 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA A NOVA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Sr. Presidente sublinhou que apenas se tratava de sancionar, ou não, a proposta que era apresentada pela Administração Municipal, após a feitura das diligências para a formação da nova lista.

Não estando alguém interessado em falar acerca da matéria, o Sr. Presidente pôs o 8º ponto da agenda à votação, que foi aprovado por unanimidade.



PONTO 9 – DELIBERAÇÃO SOBRE A LISTA DE CANDIDATOS AO CARGO DE JUIZ SOCIAL, PROPOSTA PELA CME

O Sr. Vice-presidente da Câmara dispensou a apresentação deste tema.

A Sra. Margarida Fernandes, o Sr. Rui Rosado e o Sr. Jerónimo Luís declararam-se impedidos de votar este ponto, por o seus nomes figurarem na lista.

Logo após, o Sr. Presidente cedeu a utilização da palavra ao Sr. Eduardo Luciano, que salientou: *“A minha colega e amiga Mafalda Guimarães Rosa reside em Alandroal, como aqui está referido, e, por esse motivo, das duas uma: ou muda a morada ou sai da lista, porque a regra é que os juízes sociais que intervêm nas causas das competências dos Tribunais de Menores são nomeados de entre os cidadãos residentes na área do município da sede do respectivo Tribunal.*

Por outro lado, no que concerne ao município Rui Manuel Fialho Rosado, falta a indicação da morada e da data de nascimento”.

O Sr. Presidente considerou pertinentes as observações do orador antecedente, pelo que inquiriu ao Executivo se pretendia modificar a lista, não deixando de consultar o Regimento para verificar se a Assembleia tinha competência para a alterar, concluindo que havia essa possibilidade. Assim, propôs que a AME deliberasse condicionalmente sobre o documento, ficando a Câmara de esclarecer a situação da Sra. Mafalda G. Rosa, ou seja, se ela residisse em Alandroal teria que ser retirada da lista.

Entretanto, o Sr. Rui Rosado interrogou ao Sr. E. Luciano se tinha uma informação segura do que dissera, porque a Sra. podia ter uma casa em Évora.

Perante o explanado, o Sr. Eduardo Luciano retorquiu: *“Eu penso que será de aceitar a sugestão do Sr. Presidente de se votar condicionalmente. Eu conheço a colega em causa, sei que vive em Alandroal, mas não faço ideia se possui outra habitação em Évora. Levantei esta questão porque quando for indicada como juíza social, terá esta inibição e não poderá exercer”.*

De imediato, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Celino Silva, que expressou: *“Não sei se quem elaborou a lista teve o cuidado de ver a actividade profissional das pessoas que nela constam. Eu, com a ajuda de um camarada meu, cheguei à conclusão que dos 45 nomes propostos 13 são funcionários da autarquia, ou membros dos seus quadros de apoio. Ao desencadear estes processos, eu gostaria que as escolhas da Câmara tivessem o contributo de outros órgãos autárquicos ou de outras instituições, de maneira a evitar a partidarização dos mesmos”.*

Esta derradeira opinião motivou o Sr. Presidente a asseverar: *“Eu parto do pressuposto que a proposta foi apresentada tendo em conta o mérito das pessoas e não a sua ocupação profissional e se os 45 candidatos fossem trabalhadores da Câmara não haveria nisso inconveniente”.*

Entretanto, o Sr. Jorge Gil afirmou: *“É preciso ter em conta que apenas nas causas da competência dos Tribunais de Menores é que são nomeados cidadãos residentes e pode ser que os juízes sociais noutra área de competência não necessitem sê-lo”.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Então, o Sr. **Eduardo Luciano** explicou que os juízes só são chamados para os processos de menores.

Considerando o plenário elucidado, o Sr. **Presidente** divulgou que iria avançar para a votação condicionada deste ponto, o que significava que se a situação não fosse esclarecida o assunto teria que voltar à presença da AME, devendo a Câmara enviar uma mensagem escrita dando conta se retirava o nome em questão, ou se o mantinha e justificando tal.

Passou-se à votação do 9º ponto da ordem do dia, que foi aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor (dezanove do PS, nove da CDU e três do PSD) e uma abstenção (da CDU).

Declaração de voto do Sr. Vitor Saruga: *“Eu abstive-me de votar contra ou a favor única e exclusivamente por uma questão pessoal. Porquê? Porque, em termos de doutrina, eu discordo com este modelo de juiz social. Acho que quando o cidadão é chamado a proferir decisões, integrado num poder judicial, não o deve fazer nestes moldes. Entendo que o Estado tem vindo, reiteradamente, a furtar-se à responsabilidade de formação nesta importante missão, que é ser juiz social”.*

PONTO 10 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA A CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO QUIOSQUE DO JARDIM DO PARAÍSO

O Sr. **Vice-presidente da edilidade** deu a conhecer que era a terceira vez que se propunha a abertura de concurso público para a tentativa de concessão da exploração do quiosque do jardim em título.

O Sr. **Presidente** disse seguidamente: *“Da experiência que eu tenho como dirigente da administração pública, é lícito que ao fim de duas ou três tentativas se pode proceder a um ajuste directo. Caso a legislação permitisse, penso que seria mais célere a Câmara apresentar uma proposta para proceder em conformidade. Não sei se isso é legalmente possível, ou não? Se calhar não é, porque se assim fosse já o Executivo se teria lembrado disso”.*

Tomou posteriormente a palavra o Sr. **Celino Silva**, que exprimiu: *“Hão-de reparar que no documento que nos enviaram aparece uma nota que diz «A concessão carece de autorização da Assembleia Municipal», pelo que eu pergunto: nós vamos aprovar a abertura do concurso ou a concessão? Creio que a concessão não tem que passar pela decisão da A. M..*

Por outro lado, qual é o estado de conservação do equipamento? Quem ganhar o concurso que «menino nos braços» é que herda? É um quiosque conservado e mantido ou tem que fazer obras de beneficiação? Tal pode ser, mais ou menos, desmotivador para a adesão das pessoas a isso”.

Face ao exposto, o Sr. **Presidente** opinou: *“Parece-me que o pormenor do português não é o mais claro, mas aquilo que é o entendimento da Mesa é que a Assembleia se deve pronunciar no sentido de autorizar, ou não, a abertura do concurso, ainda que a proposta venha incompleta, visto que não sabemos qual é a base de licitação”.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Depois, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Vice-presidente da CME** que proferiu: “*Quanto ao valor, não estou em condições de poder elucidar.*

Sobre o estado de conservação, a informação que tenho é que o quiosque foi remodelado há pouco tempo. Para além disso, quando for feito o concurso os candidatos serão posto perante as condições do equipamento”.

O Sr. **Presidente** voltou a intervir, tendo dito: “*Das duas uma: ou votamos ou não. Se votamos temos que completar com a nossa interpretação, a qual fica a condicionar a deliberação. Então, o que eu sugiro é que a nossa decisão seja no pressuposto de que o concurso não pode ser aberto com um preço base de licitação superior a 1200 €/ano. Se não for neste pressuposto, a Câmara aprova isto como deve ser e volta a pedir o agendamento deste ponto”.*

Entretanto, o Sr. **Francisco Chalaça** alvitrou que o ponto fosse retirado, de modo a ser corrigido pelos serviços, e que voltasse na próxima sessão.

Então, o Sr. **Presidente** lembrou que a próxima reunião seria nos finais de Dezembro/06, argumentando que não valia a pena adiar por 3 meses um problema que poderia ser resolvido num mais curto espaço de tempo, através dum esclarecimento escrito por parte da Administração Municipal, voltando a insistir com a ideia relatada anteriormente.

De imediato, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Vitor Saruga**, que afirmou: “*Para se decidir esta ou outra proposta qualquer, é necessária uma informação objectiva e eu acho caricato estarmos aqui a deliberar baseados em pressupostos”.*

Tal posição motivou o Sr. **Presidente** a declarar: “*Temos aqui uma proposta com os termos que todos leram e cada um fará deles a interpretação que entender. Eu vou colocá-la à votação e quem achar que com estes dados está em condições de decidir, fá-lo e quem entender que não, não delibera. Contudo, gostava de chamar à atenção que a minha preocupação com o «timing» é que isto foi aprovado em reunião de Câmara no dia 9 de Maio e não veio até cá porque eu considerei um assunto menor e pu-lo sempre no fim da lista a passar para a sessão seguinte, o qual já ficou duas vezes de fora, por minha responsabilidade, e desta vez, como vêem, coloquei-o no penúltimo lugar, porque achei que todos os outros eram mais importantes. Não posso deixar de pôr a proposta à votação, a não ser que a Câmara a retire, coisa que até ao momento não fez”.*

Como ninguém se manifestou acerca das palavras proferidas pelo Sr. **Presidente**, o mesmo colocou à votação o 10º ponto da ordem de trabalhos, tendo-se registado uma aprovação por maioria, com vinte votos a favor (do PS), sete votos contra (da CDU) e nove abstenções (cinco da CDU, três do PSD e uma do PS).

Declaração de voto da Sra. Margarida Fernandes: “*Apesar de considerar esta matéria importante para a animação da cidade, nomeadamente do centro histórico, em consciência não me foi permitido decidir por faltarem elementos de informação determinantes”.*

Declaração de voto do Sr. Celino Silva: “*O teor da declaração da Margarida serve para mim, acrescida do pormenor de que a edilidade não nos informou qual é base de licitação para o concurso nem a periodicidade do pagamento”.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Declaração de voto do Sr. Presidente: “Votei favoravelmente esta proposta porque entendi que não fazê-lo era protelar uma decisão e fí-lo no pressuposto de que a base de licitação são 1.200 € e que essa verba é para ser paga anualmente”.

PONTO 11 – DELIBERAÇÃO SOBRE O REGULAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE ÉVORA, PROPOSTO PELA CME

O Sr. **Vice-presidente da CME** especificou que se propunha a aprovação do Regulamento em causa, depois de devidamente analisado pelo Departamento de Apoio Jurídico e Notariado, resultante de um imperativo legal, porquanto o n.º do art.º 12º do Decreto-lei n.º 385/99, de 28 de Setembro, estabelece que «as instalações desportivas devem dispor de um regulamento de utilização elaborado pelo proprietário ou concessionário, contendo as normas de cumprimento a serem observadas pelos utentes».

Fora do contexto deste ponto, o Sr. **Eduardo Luciano** pediu para falar, tendo solicitado à Mesa autorização para distribuir pelos membros da AME um conjunto de documentos referentes às decisões judiciais que envolveram a CME nas duas últimas providências cautelares.

O Sr. **Presidente** anuiu ao pedido e agradeceu a gentileza.

Logo após, o Sr. Presidente deu a palavra à Sra. **Margarida Fernandes**, a qual pediu ao Executivo, a propósito do presente Regulamento ter sido sujeito a inquérito público, um maior esforço na publicitação de todos os inquéritos, nomeadamente através do site da autarquia, a exemplo do que acontece com os concursos.

Verificando a inexistência de mais inscrições para debater o 11º ponto da ordem de trabalhos, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O colectivo aprovou, em minuta e por unanimidade, os pontos **3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11** da ordem do dia desta reunião, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente deu a palavra ao munícipe **Estêvão Cardoso**, membro da Assembleia de Freguesia da Graça do Divor, que disse: “Felictito a nova forma de trabalho da A. M. na descentralização das suas sessões, vindo ao encontro das populações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Por outro lado, congratulo-me com o volume de obras que a CME está a executar na área geográfica desta Freguesia, nomeadamente a conclusão da ecopista, os melhoramentos na escola, os arruamentos e o cemitério.

Estive atento a todas alocuções dos eleitos deste Órgão Autárquico e fiquei perplexo quando ouvi o Sr. Presidente da J. F. da Graça do Divor dizer que esperava mais assistência. Tal não pode suceder quando não se faz o trabalho de casa, ou seja, distribuir um papel à população a informar a realização desta reunião, sendo que os próprios elementos da Assembleia de Freguesia só tiveram conhecimento oficial na véspera da efectuação da mesma.

Fiquei um pouco magoado por os outros eleitos da Assembleia de Freguesia não terem estado presentes na recepção aos membros da AME, bem como no acompanhamento da visita às obras”.

Como mais ninguém desejou falar, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão pelas dezanove horas e quarenta e dois minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1^a Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2^º Secretário – João Luís latas Lázaro

(Acta aprovada na sessão de 22/12/06 por 24 votos a favor e 6 abstenções)